

nº 2877/2009 - Jose Vieira da Costa Neto, 3º Promotor de Justiça de Votuporanga, para, **sem prejuízo de suas atribuições normais, e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Paulo de Faria, de 1 a 31** de maio de 2009 (Pt. nº 47.694/09). (República da por necessidade de retificação – doe de 28/04/2009)

nº 2946/2009 - Adriana de Cassia Delbue Silva, 1º Promotor de Justiça Substituto da 52ª Circunscrição Judiciária (Itapeerica da Serra), para assumir o exercício das funções do 75º Promotor de Justiça Criminal, de 1 a 31 de maio e **acumular o exercício das funções do 33º Promotor de Justiça Criminal, de 18 a 27 de maio** de 2009.

(República da por necessidade de retificação – doe de 29/04/2009)

nº 2950/2009 - Aline Aparecida Siqueira Holtz, 1º Promotor de Justiça Substituto da 9ª Circunscrição Judiciária (Rio Claro), para assumir o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Registros Públicos, de 1 a 31 de maio e **acumular o exercício das funções do 12º Promotor de Justiça de Falência, de 17 a 31 de maio, e acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Registros Públicos, de 01 a 16 de maio de 2009.**

(República da por necessidade de retificação – doe de 29/04/2009)

nº 2969/2009 - Elisa Vodopives Pfeil Gomes Pereira, 7º Promotor de Justiça Substituto da 4ª Circunscrição Judiciária (Osasco), para **auxiliar no exercício das funções dos 1º, 2º e 3º Promotores de Justiça Cíveis da Lapa, de 01 a 31 de maio** de 2009.

(República da por necessidade de retificação – doe de 30/04/2009)

nº 3007/2009 - Mary Ann Gomes Nardo, 1º Promotor de Justiça Substituto da 23ª Circunscrição Judiciária (Botucatu), para **assumir o exercício das funções do 47º Promotor de Justiça Criminal, de 01 a 16 de maio, assumir o exercício das funções do 23º Promotor de Justiça Criminal, de 17 a 31 de maio e auxiliar no exercício das funções do 39º Promotor de Justiça Criminal, de 01 a 31 de maio** de 2009.

(República da por necessidade de retificação – doe de 28/04/2009)

nº 3016/2009 - Raquel Eli Stein Matheus, 5ª Promotor de Justiça Substituto da 44ª Circunscrição Judiciária (Guarulhos), para assumir o exercício das funções do Promotor de Justiça de Cajamar, de 1 a 12 de maio, **auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Cajamar, de 13 a 16 de maio**, assumir o exercício das funções do 21º Promotor de Justiça de Guarulhos, de 17 a 29 de maio e auxiliar no exercício das funções do 17º Promotor de Justiça de Guarulhos, de 17 a 31 de maio de 2009.

(República da por necessidade de retificação – doe de 28/04/2009)

nº 3036/2009 - Waleska Bueno Sanches, 1º Promotor de Justiça Substituto da 50ª Circunscrição Judiciária (São João da Boa Vista), para assumir o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Atibaia, de 1 a 31 de maio e **auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Nazaré Paulista, de 01 a 16 de maio** de 2009.

(República da por necessidade de retificação – doe de 28/04/2009).

III - AVISOS

Avisos de 30/04/2009

nº 225/2009 - PGJ

86º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 2008

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, AVISA que a Comissão do 86º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público - 2008, reunida em 28 e 29 de abril de 2009, **RESOLVEU:**

I - INDEFERIR as INSCRIÇÕES DEFINITIVAS DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS:

01 - ELISANDRA ALICE DOS SANTOS - 1325
02 - HAMILTON ANTÔNIO GIANFRATTI JUNIOR - 2077
03 - JULIANA BESCHORNER COELHO - 4728
04 - JULIANA PIRES ZANATTA CHERUBIM - 2978
05 - MARIANA TAVARES SHU - 1640
II - Conceder prazo para os candidatos abaixo relacionados regularizarem a documentação já apresentada, **impreterivelmente no prazo de 10 dias.**
01 - ALUÍSIO IUNES MONTI RUGGERI RÉ - 4834
02 - ANA CAROLINA CONTI - 3833
03 - ANA CAROLINA MARTINS - 1087
04 - CARLOS ALEXANDRE AIBA AGUEMI - 0792
05 - CARLOS LINDENBERG RUIZ LANNA - 3654
06 - CLAUDIA MARIA BUSSOLIN CURTOLO - 1744
07 - CRISTIANE CÂMARA BORGES MELIM - 4212
08 - FABIO ROBERTO MACHADO - 0269
09 - FABRICIO FERES FURLAN - 1557
10 - GILBERTO ASSINK DE SOUZA - 6157
11 - GUSTAVO DE MORAES - 6737
12 - IGOR RUGINSKI BORGES NASCIMENTO DA SILVA - 1860

13 - JOSÉ ALFREDO DE ANDRADE FILHO - 2038
14 - LAERTE DA SILVA GUIMARÃES - 2161
15 - LUCIANA VIEIRA DALLAQUA SANTOS - 0803
16 - MÔNICA DEVEIKIS BRAGA - 1169
17 - PATRICIA TAKESAKI MIYAJI - 2301
18 - RENATO AUGUSTO VALADÃO - 0610
19 - RENATO TAVARES DE PAULA - 1986
20 - VANDERSON ROBERTO VIEIRA - 5308
III - Considerar deferidas, em caráter definitivo, as inscrições dos demais candidatos relacionados no Aviso nº 164/09 do Diário Oficial do Executivo - Seção I - de 27 de março de 2009.

nº 226/2009 - PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, avisa aos Senhores Promotores de Justiça que, diante da remessa dos feitos afetos ao **Colégio Recursal** dos Juizados Especiais às respectivas Promotorias de Justiça, continua em vigor o Ato Normativo nº 341/03, abaixo transcrito, devendo os secretários executivos das Promotorias da Capital e do Interior encaminhar, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a escala prevista no artigo 1º do mencionado Ato Normativo.

ATO NORMATIVO Nº 341-PGJ, DE 8 DE OUTUBRO DE 2003 (Pt. nº 97.011/03)

Regulamenta a participação do Ministério Público nos Colégios Recursais, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XII, alínea "c", e pelo artigo 195, ambos da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, **RESOLVE EDITAR O SEQUINTE ATO NORMATIVO:**

Artigo 1º. O Procurador-Geral de Justiça designará, nas circunscrições judiciárias e nos foros da comarca da Capital, Promotores de Justiça para oficial nas sessões dos Colégios Recursais de que trata a Seção VII do Provimento nº 806, de 24 de julho de 2003, do Conselho Superior da Magistratura.

§ 1º. A designação levará em conta escala anualmente elaborada pelos secretários-executivos das promotorias de Justiça da comarca da Capital e das comarcas e foros distritais e regionais que integrarem as circunscrições judiciárias do Interior.

§ 2º. Para o fim do disposto no parágrafo anterior, os secretários-executivos das promotorias de Justiça do Interior se reunirão na sede da respectiva circunscrição judiciária.

§ 3º. A escala referida no § 2º deste artigo deverá contemplar rodízio obrigatório entre todos os cargos integrantes das respectivas promotorias de Justiça, de tal maneira que um promotor de Justiça que oficial em uma sessão do Colégio Recursal somente poderá voltar a oficial em uma outra sessão depois de

todos os promotores de Justiça interessados já tiverem oficiado junto a esse colegiado.

§ 4º. Os promotores de Justiça que não concordarem com a escala elaborada poderão, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da ciência inequívoca de seu conteúdo, recorrer ao Procurador-Geral de Justiça, que decidirá em igual prazo e em única instância.

Artigo 2º. O promotor de Justiça cujo recurso for a julgamento no Colégio Recursal poderá a ele comparecer para sustentar oralmente suas razões, ainda que não esteja designado, na forma do artigo anterior, para oficial junto aquela sessão do colegiado.

Parágrafo único. A sustentação oral, nesse caso, não ensinará ao promotor de Justiça a gratificação prevista no artigo 195 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993.

Artigo 3º. Caberá ao promotor de Justiça que for intimado do acórdão prolatado pelo Colégio Recursal a interposição, se o caso, de embargos declaratórios com o fim de prequestionamento, necessário à eventual interposição de recurso especial ou extraordinário.

Parágrafo único. O promotor de Justiça que for intimado do acórdão prolatado pelo Colégio Recursal e vislumbrar a possibilidade de imediata interposição de recurso especial ou extraordinário deverá, incontinenti, comunicar-se, por via telefônica, com o Setor de Recursos Especiais e Extraordinários da Procuradoria-Geral de Justiça (11-3119-9677/9679/9680), para as providências que se fizerem necessárias.

Artigo 4º. O artigo 2º do Ato Normativo nº 40-PGJ, de 30 de setembro de 1994, com a redação que lhe deram o Ato Normativo nº 94-PGJ, de 10 de julho de 1996, o Ato Normativo nº 101-PGJ, de 18 de outubro de 1996, e o Ato Normativo nº 163-PGJ, de 10 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"X - a participação em sessão do Colégio Recursal, de que trata a Seção VII do Provimento nº 806, de 24 de julho de 2003, do Conselho Superior da Magistratura, na proporção de 1 (uma) diária a cada 2 (duas) sessões."

Artigo 5º. O inciso IX do artigo 2º do Ato Normativo nº 40-PGJ, de 30 de setembro de 1994, acrescido pelo artigo 1º do Ato Normativo nº 163-PGJ, de 10 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IX - o efetivo exercício de funções durante o plantão noturno do GECEP - Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial;"

Artigo 6º. O § 1º do artigo 3º do Ato Normativo nº 40-PGJ, de 30 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. Tratando-se de participação em Juizado Informal de Conciliação, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal ou Colégio Recursal, de que tratam os incisos V e X do artigo 2º deste ato normativo, a comprovação deverá abranger a obrigatoriedade da participação do Ministério Público em caso apreciado na sessão respectiva."

Artigo 7º. O caput do artigo 1º do Ato Normativo nº 74-PGJ, de 11 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º. Os serviços de natureza especial definidos nos incisos I a V e VII a X do artigo 2º do Ato Normativo nº 40-PGJ, de 30 de setembro de 1994, poderão ser objeto de compensação, na mesma proporção fixada para a diária, mediante solicitação expressa do membro do Ministério Público interessado, sem prejuízo do atendimento dos requisitos e exigências estabelecidos no referido ato normativo."

Artigo 8º. Este ato normativo entrará em vigor na data de sua publicação.

IX ATOS ADMINISTRATIVOS DO PGJ

Portarias do Procurador-Geral de Justiça de 29-4-2009

Concedendo Aposentadoria, com fundamento no art. 6º, I, II, III e IV, da E.C. 41/2003, alterado pela E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Saray Aparecida Calado, RG. 17.087.173-3, PIS/PASEP: 1.027.393.020-3, Oficial de Promotoria, Ref. 12, Grau C, da E.V.N.I., prevista na L.C. 718/93, do SQC-III-QMP, fazendo jus aos proventos mensais do padrão do seu cargo, correspondentes a: valor base, acrescido de Gratificação de Promotoria, nos termos da Lei 8799/94, c.c. o Ato PGJ 28/94, alterado pelo Ato PGJ 63/95, correspondente, calculada sobre duas vezes o valor da Ref. 12, Tab. I, da E.V.-C., instituída pela L.C. 718/93; Gratificação Fixa; Gratificação Extra; Adicionais (4) a que se refere o art. 10, I, da L.C. 718/93; Sexta-parte, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989, Abono nos termos da L.C. 882/2000; Gratificação Especial, nos termos da L.C. 908/2001, alterada pela L.C. 933/2002, conforme consta do Processo CRH/MP 252/96; de 30-4-2009

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a r. decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 411.01.2004.000473-3, Ordem nº 688/2004 (JCCG) Declara a perda do cargo público de Oficial de Promotoria, do SQC-III-QMP, exercido por Salvador Mustafa Campos, RG. 9.260.559, a partir de 17/11/2008, data do trânsito em julgado da aluidida decisão, em virtude de sua condenação à perda da função pública.

Despachos do Procurador-Geral de Justiça de 29-4-2009

Processo: DG/MP nº 250/2009

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Concurso Público para provimento de cargos de Auxiliar de Promotoria, destinados aos Órgãos e Unidades Administrativas da Capital e Grande São Paulo

1 – Em face da manifestação da Diretoria Geral desta Instituição e com fundamento na alínea "a", inciso V, do artigo 19, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, Autorizo, a abertura de Concurso Público para o provimento, em caráter efetivo, de 27 (vinte e sete) cargos de Auxiliar de Promotoria, destinados aos Órgãos e Unidades Administrativas da Capital e Grande São Paulo, bem como de eventuais cargos que surgirem ou forem criados no decorrer do período de validade do Concurso, observadas as normas legais vigentes;

Processo: DG/MP nº 251/2009

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Concurso Público para provimento de cargos de Auxiliar de Promotoria, destinados às Áreas Regionais do Litoral e do Interior

1 – Em face da manifestação da Diretoria Geral desta Instituição e com fundamento na alínea "a", inciso V, do artigo 19, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, Autorizo, a abertura de Concurso Público para o provimento, em caráter efetivo, de 30 (trinta) cargos de Auxiliar de Promotoria, destinados às Áreas Regionais do Litoral e do Interior, bem como de eventuais cargos que surgirem ou forem criados no decorrer do período de validade do Concurso, observadas as normas legais vigentes;

Autorizando, à vista dos processos, os pedidos dos Procuradores de Justiça, protocolados no ano de 2009, a partir de:

14/4/2009, 4 dias, Ana Lucia Moreira Borges, RG. 9.972.718, 42183; 25/5/2009, 17 dias, Liliana Allodi Rossit, RG. 3.032.225-X, 31820; 15/5/2009, 15 dias, Luiza Nagib Eluf, RG. 6.167.169, 42263.

CONSELHO SUPERIOR

Resumo da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada no dia 22 de abril de 2009

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2009, às 13h30min, na sala própria do 9º andar do Edifício do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na Rua Riachuelo, nº 115, nesta Capital, presentes o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Fernando Grella Vieira, o Corregedor-Geral do

Ministério Público, Doutor Antonio de Padua Bertone Pereira, e os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Pedro Franco de Campos, Luis Daniel Pereira Cintra, Nelson Gonzaga de Oliveira, João Francisco Moreira Viegas, Tiago Cintra Zarif, Paulo do Amaral Souza, Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce, Marisa Rocha Teixeira Dissinger e Eloisa de Sousa Arruda, foi realizada reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, que se desenvolveu consoante registrado adiante.
I – CONFERENCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO – A começar, procedeu-se à verificação de quorum, sendo a reunião de pronto instalada, haja vista a presença de todos os Conselheiros.
II – LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA ANTERIOR – Na sequência, foi posta em votação a ata da última reunião havida, cuja leitura foi dispensada dado que dela antes todos receberam cópias, sendo ela aprovada, já que nenhuma ressalva lhe foi suscitada, e depois assinada pelos que dela participaram.
III – COMUNICAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE – Ato contínuo, estando com a palavra o Senhor Presidente, por ele foram propostos, com unânime aprovação, votos de louvor em favor do Doutor Sebastião Sérgio da Silveira, Promotor de Justiça da Cidadania de Ribeirão Preto, em face de ele haver sido laureado com o 5º Prêmio Governador Mário Covas de Inovação em Gestão Público no Estado de São Paulo, por conta de trabalho que, em parceria com a Diretoria Regional de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, desenvolveu em relação às demandas judiciais iniciadas a partir da postulação de usuários do Sistema Único de Saúde, objetivando o fornecimento de medicamentos, equipamentos e insumos para a saúde. Propôs votos de louvor, igualmente com apoio de todos, ao Doutor Reynaldo Mapelli Júnior, Promotor de Justiça coordenador da Área de Saúde do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva, e Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, pelo roteiro que em conjunto desenvolveram com vistas a orientar a avaliação da estrutura e das condições de trabalho necessárias ao controle da infecção hospitalar, a partir do qual um primeiro levantamento, alcançando 158 hospitais, foi efetuado. Depois, deu conta de que já foi realizado o sorteio para a definição das datas das arguições orais dos candidatos aprovados, até agora, no concurso de ingresso à carreira do Ministério Público, que se estenderão até o final de julho p.f., comunicando, mais, que na última quinta-feira foi inaugurada a sede do MP em Americana, bem assim que na semana passada o C. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça entendeu de rejeitar, por maioria de votos, a proposta de reforma política que foi submetida à sua apreciação, decisão que, disse, pretende respeitar.
IV – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS – Em seguida, passou-se às comunicações dos Senhores Conselheiros. Por primeiro, manifestou-se o Doutor Luis Daniel, para propor que a reunião extraordinária aprazada para o dia 08/05 p.f. fosse adiada para o dia 29/05, visto que mais conveniente a um maior número de Conselheiros, proposta por todos aprovada. Depois, dando conta de que a comissão instituída para estudos em relação à Lei de Reclassificação reunida no último dia 04, concluiu, por ora, pelo imediato encaminhamento de ofício ao Senhor Procurador-Geral de Justiça, sugerindo a adoção da isonomia vencimental entre Promotores de Justiça integrantes de uma mesma lista de antiguidade, seja por decisão administrativa, seja por proposta de alteração legislativa, submeteu tal proposta à apreciação do Colegiado, sendo ela aprovada por todos, exceção feita ao Doutor Fernando Grella- que de votar se absteve. Fez uso da palavra, na sequência, o Doutor Pedro Franco, para, com unânime apoio, propor votos de pesar pelo falecimento do Doutor Waldir Troncoso Peres, considerado um dos mais importantes criminalistas do Brasil. Pronunciou-se, em seguida, a Doutora Eloisa Arruda, para dar conhecimento do andamento de processo administrativo sob sua relatoria. Sobreveio a fala da Doutora Marisa Dissinger, de início para também informar sobre o andamento de processo administrativo de que é relatora e depois para, referindo-se a magnífico trabalho desenvolvido pelo Doutor Ricardo Manuel Castro, Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Guarulhos, que implicou na redução drástica do prazo outorga convençãoado para a realização de obras de saneamento básico na referida comarca, antes convencionadas para o extenso prazo de 30 anos e agora com término previsto para daqui a 8 anos, aproximadamente, em favor dele propor votos de louvor, por todos aprovado, além de sugerir ampla divulgação do ocorrido, o que comprometeu-se o Senhor Procurador-Geral de Justiça a providenciar. Manifestou-se, depois, o Doutor Tiago Zarif, para, informando ter comparecido à inauguração da nova sede do MP em Americana, cumprimentar o Doutor Fernando Grella pela qualidade das instalações, cumprimentos tais extensivos ao Doutor Rodrigo Pinho, Procurador-Geral de Justiça anterior, sob cuja administração o projeto e as obras tiveram início, fala a que prontamente aderiu o Doutor Nelson Gonzaga, que também esteve presente à mencionada cerimônia. Pronunciou-se, por fim, o Doutor João Viegas, nos termos seguintes: "Senhor Procurador Geral: Estão ainda presentes na memória de muitos (estejam, ou não ligados à política institucional) os compromissos, por Vossa Excelência, assumidos, no curso do pleito eleitoral. Dentre eles destaco o que promete participação da primeira instância na gestão do Ministério Público de São Paulo. Transcrevo trecho da carta endereçada aos promotores de justiça da Barra Funda, cuja íntegra pode ser obtida no sítio eletrônico www.fernandogrella.com/correspondencia/cartabarrafunda.htm ou nos arquivos do blog do promotor: é...Estou convicto de que os promotores de justiça, e não apenas os procuradores, devem participar do comando dos destinos da Instituição, podendo ser eleitos para integrar os órgãos de Administração Superior, aí incluídos a Procuradoria Geral de Justiça e o Conselho Superior, remanesecendo apenas, para debates mais minuciosos, questões atinentes a pré-requisitos, como tempo de carreira, o que é objeto de debates entre os próprios promotores. Assumo, formalmente, diante de toda a classe, o compromisso de encaminhar ao Poder Legislativo, nos primeiros dias de minha administração, caso tenha a honra de chegar à chefia da Instituição, os projetos de lei necessários a implementar a democratização na vida política do Ministério Público, estendendo a legitimação eleitoral ativa aos promotores de justiça para cargos da Administração Superior do Ministério Público de São Paulo".
A despeito do apalavramento público, nada do prometido se realizou. É certo que o mandato ainda não acabou e que, no plano teórico, o compromisso ainda poderá ser cumprido. No entanto os acontecimentos das últimas quarta e quinta-feira (15 e 16), demonstram que essa promessa não será honrada. Refiro-me ao resultado da votação ocorrida no Órgão Especial e a vossa decisão de não mais remeter o projeto à Assembléia Legislativa, a despeito do duvidoso poder de veto daquele colegiado (confira-se no Diário Oficial do Estado ou na página eletrônica do Conselho, o que registrei nas Atas das Reuniões Ordinárias dos dias 3, 10 e 17 de março do corrente ano); colegiado, frise-se aqui, no qual Vossa Excelência detém ampla maioria. De tal modo é o embaraço do Órgão Especial, nesta matéria, artificial e inócuo. A ser assim, ouso pensar, que estamos diante de mais uma émentirinha política'. É necessário, de uma vez por todas, que, à retórica inconsequente, se refunde a atividade política na base da credibilidade e da verdade. Só assim seremos bem governados e todos (eleitores e eleitos) nos respeitaremos efetivamente. Antes de finalizar, cumpre, porque necessário, registrar minha enorme satisfação em ver o atual Centro de Apoio Cível, por intermédio do promotor Reynaldo Mapelli Júnior, dar continuidade ao programa de controle da infecção hospitalar, instalado em parceria com o CREMESP, no final de 2007, por Protocolado Geral baixado pelo então Coordenador do Centro de Apoio da Cidadania, Doutor Eronides Aparecido Rodrigues Santos (Aviso

nº 687/2007, de 12 de novembro de 2007). A todos os responsáveis pelo desencadeamento e continuidade dessa importante ação de saúde pública, o registro de minhas congratulações."
Pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça foi dito, então, em resposta: "A propósito da manifestação do conselheiro Viegas devem ser feitas as seguintes observações : 1) em nenhum trecho de minha carta, parcialmente transcrita, está dito que o projeto não passaria pela prévia e necessária aprovação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, como, aliás, determina o artigo 22, inciso VI, da Lei Complementar Estadual no. 734, de 26 de novembro de 1993; 2) nenhum projeto de lei de autoria do Procurador-Geral de Justiça alterando a LOEMP deixou, até hoje, de ser previamente aprovado pelo Órgão Especial para, só então, ser enviado à Assembléia Legislativa; 3) não se tem notícia de que o nobre conselheiro, quando membro do Órgão Especial, conquanto legitimado para tanto (art. 22, VI, da lei citada), tenha encetado qualquer iniciativa para ver concretizada a ideia da qual agora se apresenta como defensor."
V – ORDEM DO DIA1– Em continuação, foram examinadas as matérias constantes da ordem do dia, quanto a elas deliberando-se como segue consignado.
1) Pt. nº 43.665/09 – Interessado: Doutor Fernando Grella Vieira, Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Estudos com vistas à fixação de vagas de estagiários – Com abstenção do Senhor Procurador-Geral, acolheram o voto do Doutor Luis Daniel, Conselheiro Relator, opinando favoravelmente à fixação de vagas proposta, sugerindo, contudo, que os estagiários que vierem a oficial junto à biblioteca o façam sob supervisão e vinculados aos Centros de Apoio Operacional.
2) Pt. nº 32.885/09 – Interessado: Doutor Estevão Luis Lemos Jorge, 2º Promotor de Justiça de Igarapava. Assunto: Pedido de concessão de horário especial de trabalho para frequentar curso de Mestrado em Direito, na Universidade Estadual Paulista, campus de Franca – Acolhendo as manifestações favoráveis da E. Corregedoria Geral e do Conselheiro Relator, Doutor Nelson Gonzaga, aprovaram (v.u.), ressaltando a necessidade dos respectivos relatórios, nos termos regimentais.
3) Pt. nº 36.232/09 – Interessado: Doutor José Lourenço Alves, 4º Promotor de Justiça de Franca. Assunto: Pedido de afastamento parcial para frequentar Mestrado em Desenvolvimento Regional no Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca (com manifestação desfavorável da E. Corregedoria Geral e do Doutor Pedro Franco, Conselheiro Relator) - Acolhendo as manifestações desfavoráveis da E. Corregedoria Geral e do Conselheiro Relator, Doutor Pedro Franco, não aprovaram (v.u.).
4) Pt. nº 34.401/09 – Interessado: Doutor Daniel Leme de Arruda, 6º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba. Assunto: Pedido de autorização para residir fora da comarca – Acolhendo o parecer favorável do Doutor João Viegas, Conselheiro Relator, opinaram favoravelmente, abstendo-se de votar o Senhor Procurador-Geral de Justiça, por lhe caber decidir sobre o pedido.
5) Pt. nº 17.887/09 – Interessado: Doutor Wellington dos Santos Veloso, 1º Promotor de Justiça de Votorantim. Assunto: Pedido de autorização para residir fora da comarca - Acolhendo o parecer favorável do Doutor Nelson Gonzaga, Conselheiro Relator, opinaram favoravelmente, abstendo-se de votar o Senhor Procurador-Geral de Justiça, por lhe caber decidir sobre o pedido.
6) Pt. nº 33.894/09 – Interessado: Doutora Elaine Tabor da Ávila, 9ª Promotora de Justiça de Taubaté. Assunto: Pedido de autorização para residir fora da comarca - Acolhendo o parecer favorável do Doutor Tiago Zarif, Conselheiro Relator, opinaram favoravelmente, abstendo-se de votar o Senhor Procurador-Geral de Justiça, por lhe caber decidir sobre o pedido.
7) Pt. nº 03.977/09 – Of. nº 798/09, enviado pelo Doutor Maurício Augusto Gomes, Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Jurídicos, encaminhando cópia de ofício oriundo do Conselho Nacional do Ministério Público – Corregedoria Nacional, relativo ao Processo nº 0.00.000.0001075/2008-73, para conhecimento do arquivamento da reclamação lá aforada por Maria Salete Alves – Tomaram ciência, determinando o arquivamento.
8) Pt. nº 41.247/09 – Of. nº 86/09, enviado pelo Doutor Julio César de Toledo Piza, Procurador de Justiça e Secretário-Executivo da Procuradoria de Justiça Criminal, instruído com cópia da ata da reunião ordinária realizada em 16.03.09, do relatório da distribuição e das atividades da referida Procuradoria, referentes ao mês de março de 2009 – Tomaram ciência, determinando o arquivamento.
9) Pt. nº 42.240/09 – Of. nº 43/09, enviado pelo Doutor Sérgio Luis Mendonça Alves, Procurador de Justiça e Secretário-Executivo da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, instruído com cópia do relatório das atividades do mês de março, bem como a movimentação dos recursos interpostos, e presença nas sessões de julgamento do Tribunal de Justiça (dado este incluído a partir de janeiro de 2008) – Tomaram ciência, determinando o arquivamento.
10) Pt. nº 44.109/09 – Ofício enviado pelo Doutor Carlos Alberto Hernandez Júnior, Promotor de Justiça e Secretário-Executivo da Promotoria de Justiça Cível, encaminhando, conforme estabelecido em reunião entre os integrantes da PJ Cível e o Procurador-Geral de Justiça sobre a desnomenclaturação de cargos, rol indicativo de audiências com datas e horários coincidentes das quais o Ministério Público participa, por se discutirem interesses de incapazes – Tomaram ciência, deliberando pelo arquivamento, com encaminhamento de cópia ao C. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, para instrução do respectivo protocoloado, lá em trâmite.
11) Pt. nº 44.105/09 –Of. nº 36/09, enviado pelo Doutor Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, 7º Promotor de Justiça e Secretário-Executivo da Promotoria de Justiça de Falências, encaminhando cópia da ata da reunião ordinária realizada em 06.04.09, especialmente à vista do que consta de seu Item II, a propósito da desnomenclaturação de cargos naquela Promotoria - Tomaram ciência, deliberando pelo arquivamento, com encaminhamento de cópia ao C. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, para instrução do respectivo protocoloado, lá em trâmite.
12) Pt. nº 43.502/09 – Of. nº 000335/09, enviado pela Doutora Fernanda Ambrogi, Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial de Cruzeiro, comunicando, em atendimento a solicitação do Ministério Público, a propositura da ação civil pública em face de José Luiz da Cunha – Tomaram ciência, determinando o arquivamento.
13) Pt. nº 41.813/09 – Of. nº 463/09, enviado pelo Doutor Maurício Antonio Ribeiro Lopes, 16º Promotor de Justiça do 1 Tribunal do Juri, PJ Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral, encaminhando cópia da portaria nº 01/2009, de instauração de inquérito civil eleitoral – Tomaram ciência, determinando o arquivamento.
14) Pt. nº 43.550/09 – Of. nº 101/2009 enviado pelo Doutor Carlos Gilberto Menezesl Romaní, 5º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, encaminhando cópia da portaria de instauração do inquérito civil nº 190/08, instaurado em face de recurso provido pelo Colegiado, em reunião de 03.03.09 – Tomaram ciência, determinando o arquivamento, com anotações.
15) Pt. nº 42.513/09, enviado pelo Doutor Guilherme Sampaio Sevilha Martins, Promotor de Justiça de Regente Feijó, encaminhando cópia da portaria de instauração do inquérito civil nº 03/09 – Tomaram ciência, determinando o arquivamento.
16) Pt. nº 43.191/09 – Of. nº 109/09 (Ref. IC 253/04 – Pt. nº 100.118/08), enviado pelo Doutor Marcos Akira Mizusaki, Promotor de Justiça de Presidente Prudente, comunicando que o acordo firmado nos autos do referido inquérito civil foi totalmente cumprido – Tomaram ciência, determinando o arquivamento, com anotações.
17) Pts. nºs 40.166/09 e 40.207/09 – Of.s. nºs 31/09 e 37/09 (Refs. IsCs 07/01 e 13/03 – Pts. nºs 63.360/01 e 131.683/05, respectivamente), enviados pela Doutora Vanessa Ibarreche, 2ª Promotora de Justiça de José Bonifácio, comunicando que os acordos firmados nos autos dos referidos inquéritos civis foram totalmente cumpridos – Tomaram ciência, determinando o arquivamento, com anotações.
18) Estagiários – Com acolhimento dos pareceres apresentados pelo Senhor Secretário, que em todos eles atuou como Relator, foram apre-